



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 281.954-5 - Jaboatão - 2ª Vara Cível**

Agravante: Caramuru Ferreira da Silva

Agravado: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

PROCESSUAL CIVIL. INPECIA DA INICIAL. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. DETERMINADA EMENDA DA INICIAL PARA JUNTAR O CONTRATO E APONTAR QUAL CLÁUSULA DESEJA VER DECLARADA ABUSIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 381 DO STJ. EMENDA NÃO REALIZADA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. Na petição inicial o autor formulou pedido de declaração de nulidade de cláusula contratual, todavia, não indicou qual cláusula deseja ver declarada nula, contrariando expressamente os dizeres da Súmula 381 do STJ.
2. Embora oportunizada a emenda da inicial, o autor não esclareceu quais cláusulas deseja a declaração de nulidade, motivo pelo qual, outro caminho não há a trilhar senão pela extinção do processo sem julgamento do mérito.
3. Recurso de agravo improvido.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 281.954-5 em que figura como Agravante Caramuru Ferreira da Silva e como Agravado HSBC Bank Brasil S/A ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, *NEGOU PROVIMENTO ao recurso de agravo*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26. 8. 13

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 281.954-5 – Jaboatão – 2ª Vara Cível**

Agravante: Caramuru Ferreira da Silva

Agravado: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

**Caramuru Ferreira da Silva** ajuizou ação revisional de contrato com pedido de repetição de indébito contra **HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo**.

Alegou na petição inicial ter celebrado contrato de financiamento de veículo e ter pago a mais o valor de R\$ 4.930,16, relativo as despesas operacionais e taxas não discriminadas no contrato. Pediu a procedência do pedido para declarar a nulidade das cláusulas leoninas no contrato de adesão, condenando o Banco demandado a restituir o valor pago a mais de forma dobrada.

O juiz monocrático na **decisão interlocutória de fls. 21/22** determinou ao autor a **emenda da petição inicial** para anexar cópia do contrato e indicar na inicial, uma a uma, as cláusulas que entende ser abusivas, esclarecendo o fundamento jurídico de sua pretensão, além de apresentar planilha detalhada do débito.

Na **sentença de fls. 39/42** o juiz monocrático **indeferiu a petição inicial**. Segundo se constata na fundamentação, em se tratando de ação de revisão de contrato por nulidade de cláusulas, o pedido deve ser certo e determinado, com o necessário apontamento das cláusulas que se pretende o reconhecimento da nulidade, acostando o instrumento onde constam, com a devida demonstração da abusividade. No caso em tela, o ora apelante não indicou as cláusulas contratuais que entende ser abusiva, não podendo o juiz fazer a revisão de ofício do contrato, nos termos da súmula 381 do STJ.

Contra esta decisão, o Sr. Caramuru interpôs **apelação às fls. 45/53**. Requer a reforma da sentença por entender que a delimitação do objeto da causa está clara nos autos. Sustenta que desde a petição inicial alega que celebrou contrato de financiamento de veículo relativo a quantia de R\$ 11.201,80 com taxa de juros de 2,17%. Alega que a aplicação dos juros contratados daria somente R\$ 10.926,04 e não R\$ 15.856,20 valor que pagou. Acrescenta que a incidência de encargos como IOF e taxa de abertura de crédito são irregulares.

Na **decisão terminativa de fls. 63/64** neguei seguimento à apelação, por ser manifestamente improcedente e contrária à súmula 381 do STJ.

Contra esta decisão, o agravante interpôs o presente recurso de agravo legal, reiterando os termos da apelação, defendendo que as referidas cobranças

abusivas estão embutidas no financiamento, não constando expressamente de nenhuma cláusula contratual.

Sem contrarrazões diante da ausência de citação do banco réu.

É o relatório. Sem revisão. Feito independente de pauta.

Recife,

26.9.13



**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 281.954-5 – Jaboatão – 2ª Vara Cível**

Agravante: Caramuru Ferreira da Silva

Agravado: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

Nada tenho a me retratar. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos que passo a repisá-los.

" A inicial da presente ação de cobrança não se presta ao fim que se destina, devendo ser mantida a decisão de inépcia, pois dela não se aduz claramente, nem é demonstrada pelo autor qual sua real pretensão.

O autor/apelante formula pedido na inicial para declarar a nulidade das cláusulas abusivas do contrato de adesão. Ora, da redação do autor não se pode deduzir o que quer pedir, afinal, qual ou quais cláusulas devem ser declaradas abusivas?

Ao judiciário não cabe o exercício de adivinhação.

Como bem a asseverou o juiz monocrático, não é possível fazer a revisão de todo o contrato de ofício.

O STJ já firmou posicionamento neste sentido, conforme se constata na dicção da súmula 381 do STJ:

Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

Com efeito, deve existir pedido expresso na petição inicial, indicando qual cláusula deve ser declarada nula.

Neste sentido, colha-se o seguinte aresto:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DA TERCEIRA TURMA E DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - ENUNCIADO N. 381 DA SÚMULA/STJ - EMBARGOS ACOLHIDOS.

**I - O entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada;**

II - Referido entendimento, inclusive, foi pacificado com o Enunciado n. 381 desta Corte Superior de Uniformização Jurisprudencial, in verbis: "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas." III - Embargos acolhidos.

(EResp 720.439/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2011, DJe 29/03/2011) (grifos acrescidos)

Embora numa visão processualística moderna não é vista com "bons olhos" uma sentença terminativa simplesmente pelo fato de não compor o conflito de interesse, função social da sentença, existem casos como o presente onde não se pode pacificar, por não se entender o que pretende.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO - AÇÃO DE COBRANÇA - VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 282, 283, 284, 285 E 295, CPC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A cobrança judicial de valores atinentes a juros e encargos moratórios, em contrato administrativo, pressupõe a existência de uma conduta culposa do devedor, relativa ao retardo no desempenho de seu dever obrigacional. **A omissão da vestibular quanto a pontos fáticos essenciais à verificação da mora, ao exemplo de datas e vencimentos, torna impossível ao magistrado definir sobre a elemento ocorrência do que se alegou.**

2. (omissis)

3. O debate em torno da inépcia da inicial é insusceptível de provocar seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça, quando se cuida de omissão na narrativa de matéria de fato, dever processual mínimo da parte (da mihi factum, dabo tibi jus). **Ao autor exige-se alguma destreza na narração dos fatos, pois, a subsunção da norma caberia ao magistrado, submetido ao dogma do conhecimento obrigatório da legislação federal.**

Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 654.472/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2007, DJ 26/03/2007 p. 222) - Grifei-

Ação de cobrança de diferenças de correção monetária e juros.

Inépcia da inicial. Dissídio não comprovado. Art. 295, I, do Código de Processo Civil.


1. **A "petição inicial só deve ser indeferida, por inépcia, quando o vício apresenta tal gravidade que impossibilite a defesa do réu, ou a própria prestação jurisdicional"** (REsp nº 193.100/RS, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 4/2/02).

2. No caso, as rés apresentaram contestação sem apontar qualquer dificuldade para formular sua defesa, o que afasta a pecha de inepta posta pelas instâncias ordinárias na inicial.

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 753.248/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2005, DJ 19/12/2005 p. 408) - Grifei -

No caso em análise não se consegue deduzir a pretensão do Apelante em sua petição inicial, o que inviabiliza a sua análise, motivo pelo qual deverá ser mantida a inépcia da petição inicial reconhecida pelo juízo de origem.



89  
1  
Ante o exposto, nego, monocraticamente, seguimento ao recurso em tela, com fulcro no Art. 557, *caput*, do CPC por sua manifesta improcedência e por ser contrária a Súmula do STJ, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos."

Vê-se claramente que a pretensão deduzida em juízo pelo ora agravante vai de encontro aos dizeres da súmula 381 do STJ.

Ora, tratando-se de pedido de declaração de abusividade de cláusulas contratuais, é dever do autor apontar qual(is) cláusula(s) deve ser declarada abusiva.

É necessária, nos termos do CPC a congruência entre a causa de pedir e o pedido. Se o objetivo do agravante seria receber quantia que entende paga a maior, deveria ter requerido repetição de indébito. Todavia, formulando pedido de declaração de nulidade de cláusula, deve apontá-las, sob pena de inépcia, não cabendo ao Judiciário o exercício de adivinhação sobre qual cláusula encontra-se a abusividade pretendida, ainda mais quando o próprio apelante diz se tratar de "abusividade implícita".

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 26. 7. 13



**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator